

O MEIO AMBIENTE COMO DIMENSÃO DO CONCEITO AMPLIADO DE SAÚDE: UMA REFLEXÃO

Alessandra Pereira Majer

Centro Universitário Estácio São Paulo. E-mail: alessandra.majer@gmail.com

O desejo de viver bem é uma característica compartilhada pelos indivíduos e, para isso, a saúde é uma característica essencial. Por isso, boa parte das pessoas utiliza algum tipo de estratégia ou prática visando a manutenção ou melhoria das suas condições de saúde. Segundo a OMS, a saúde pode ser conceituada como um estado de adaptação do organismo ao seu ambiente físico, psíquico ou social, de modo que o indivíduo se sente bem (saúde subjetiva) e não apresenta sinais ou alterações orgânicas (saúde objetiva). Esse estado de adaptação, por sua vez, corresponde à capacidade do ser vivo em ser sensível a variações ambientais (irritabilidade) e de produzir respostas (variações bioquímicas e fisiológicas) capazes de adaptá-los. Por outro lado, o conceito ampliado de saúde complementa, indicando que essa resulta das condições vivenciadas pelo indivíduo, ou seja, da sua realidade em termo de alimentação, habitação, educação, renda, meio ambiente, trabalho, transporte, emprego, lazer, liberdade, acesso a moradia e a serviços de saúde. Neste cenário, a relação entre a saúde e as questões ambientais vem sendo cada vez mais reconhecida, inclusive sendo o foco de diversos estudos científicos. Essa relação é demonstrada pelo próprio conceito de Meio Ambiente, que segundo a legislação brasileira é o conjunto de condições, leis, influências e interações de ordem física, química e biológica que permite, abriga e rege a vida em todas as suas formas. Assim, o ambiente não só é de onde se extrai os recursos essenciais para a espécie humana, mas também seu meio de vida, e de cuja integridade depende a manutenção de funções ecológicas essenciais à vida e a saúde. Nesse cenário, a qualidade ambiental é diretamente influenciada pela concepção dos indivíduos em relação ao meio ambiente, com essa podendo ser diferenciada em três. No caso de uma das visões mais extremas se encontra o antropocentrismo, que entende que o ambiente é algo externo ao agente ou a um sistema, sendo adotada por indivíduos com perfil “desenvolvimentista” ou “produtivista”. No extremo oposto se encontra a concepção biocêntrica, que defende que nenhuma espécie é mais importante do que outra. Entra essas se encontra a postura socio-ambientalista, que defende que a melhor alternativa é alcançada quando a sociedade moderna gerencia o ambiente, explorando os recursos disponíveis, mas buscando também sua conservação. Essas concepções claramente influenciam os indivíduos quanto a sua visão mais ampla de mundo, assim como quanto ao seu comportamento e escolhas. Especialmente no que se refere aos impactos negativos das escolhas individuais, muitos os percebem unicamente como externalidades negativas, ou seja, com consequências transferidas para desconhecidos, enquanto o benefício ou lucro é obtido. Porém, principalmente frente as questões ambientais voltadas à poluição e qualidade de recursos disponíveis esse entendimento é errôneo, já que a maioria dos poluentes, por exemplo, não se mantém temporal ou localmente confinado, eventualmente alcançando a população de modo mais igualitário. Esses efeitos são reconhecidos a muitas décadas, como na ocorrência do severo quadro de Smog fotoquímico em Londres em 1952, que resultou na morte de mais de 4.000 pessoas, com efeitos subletais atingindo um número muito maior de indivíduos, com efeitos marcados também em diversas outras espécies. Para humanos, os agravos à saúde decorrentes da poluição atmosférica variam do desconforto à morte, com esses primeiros variando desde a irritação dos olhos e das vias respiratórias, redução da capacidade pulmonar e do desempenho físico, dor de cabeça, alterações motoras, até teratogênese, câncer, mortalidade intrauterina e a vasoconstrição das artérias e vasos capilares, reduzindo o fluxo sanguíneo e a oxigenação ao coração. Tanto essa possível severidade como a diversidade das consequências da poluição atmosférica na saúde humana demonstram a relevância do cuidado e monitoramento ambiental frente ao conceito ampliado de saúde. Isso também é notável, quando são avaliadas as defesas orgânicas existentes no processamento de toxicantes, principalmente quanto a biotransformação de substâncias lipofílicas, facilmente absorvidas e dificilmente eliminadas. Porém, para que o indivíduo seja efetivamente capaz de biotransformar essas substâncias e assim se adaptar frente a essa agressão, sua realidade precisa permiti-lo. Fatores como idade, estado nutricional, assim como o patológico, comprometem esse tipo de defesa, tornando o indivíduo muito mais vulnerável. Assim, a qualidade e segurança do alimento consumido, assim como da habitação, a renda possuída, com seus desdobramentos, do mesmo modo que a qualidade e nível educacional, são alguns dos fatores que constituem defesas ou vulnerabilidades frente as agressões ambientais.

Descritores: Meio Ambiente; Saúde; Educação.